

ARTIGOS

Expressões de reciprocidades em hortas urbanas familiares e comunitárias do sudoeste de Bogotá, Colômbia

Expressions of reciprocity in familiar and community urban gardens in southwest Bogotá, Colombia

Michael Cruz Roa

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná, Brasil

Valdir Frigo Denardin

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável, Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná, Brasil

Mayra Taiza Sulzbach

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável, Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná, Brasil

RESUMO

A reciprocidade, princípio econômico orientado à manutenção de vínculos sociais, é objetivo de investigação nesta pesquisa, a partir de agricultores(as) urbanos(as) de hortas familiares e comunitárias na periferia do sudoeste de Bogotá – Colômbia. A cidade tem vivido um processo de urbanização intensificado desde metade do século XX pela migração de agricultores e vítimas do conflito armado do país. Em Bogotá, a agricultura urbana (AU), expressa em hortas urbanas, vem estabelecendo vínculos sociais, observados por meio da metodologia da história oral. Em entrevistas com 20 participantes de seis hortas familiares e seis comunitárias, acompanhadas de observação participante, coletaram-se relatos sobre os cultivos e a reciprocidade, analisados por conteúdo na modalidade temática. Entre os achados destacam-se a ajuda mútua, a transmissão de saberes, a guarda de sementes, a repartição dos cultivos e a recuperação socioambiental de espaços urbanos como expressões de reciprocidade pela AU.

Palavras-chave: Agricultura urbana, Territorialidade, Reciprocidade, Migração rural-urbana.

Recebido em 15 de janeiro de 2021.
Avaliador A: 02 de fevereiro de 2021.
Avaliador B: 14 de fevereiro de 2021.
Aceito em 19 de março de 2021.



ABSTRACT

Reciprocity, an economic principle that seeks to maintain social bonds, is the objective of this research, which worked with farmers in family and community urban gardens in the southwestern periphery of Bogotá. The city has experienced an intensified urbanization process since the middle of the 20th century by the migration of farmers and victims of the Colombia's armed conflict. In Bogotá, urban agriculture (AU), and its expression in urban gardens, has restored social bonds, as identified with the oral history methodology. The interviews were made with 20 farmers from six family and six community urban gardens, and accompanied by participant observation. With these ones were possible to collect stories about the crops and reciprocity, analyzed by content in thematic modality. Among the findings were identified as presence of reciprocity in the AU the mutual aid, the transmission of knowledge, the rescue of seeds, the sharing of collections and the socio-environmental recovery.

Keywords: Urban agriculture, Territoriality, Reciprocity, Rural-urban migration.

INTRODUÇÃO

A urbanização, como processo dinamizador das cidades, trouxe vários desafios para os países em desenvolvimento, referindo-se à qualidade e condições de vida humana (MENDONÇA, 2004). Entre esses estão: a ocupação das chamadas cidades informais em paralelo às cidades formais com alta concentração de população; a provisão de alimentos para os habitantes; e o uso de recursos naturais. Desafios esses presentes no crescimento acelerado de Bogotá, capital da Colômbia, que exhibe no seu histórico de gestão da cidade a falta de respostas (TORRES, 2009).

Na cidade vivem 7.412.566 habitantes, o que corresponde a 15,3% da população da Colômbia, que em 2018 era de 48.258.494 (DANE, 2018). Bogotá fica no centro do país, sobre a cordilheira Oriental – uma divisão da dos Andes –, e ocupa 163.635 hectares (ha) de extensão, dos quais 23,2% são classificados como urbano, 74,9% rural e os 1,9% restantes para a expansão de projetos urbanísticos (SDP, 2020).

Apesar da pequena proporção da área urbana, 99,7% da população mora nessa (DANE, 2018), em decorrência de diferentes momentos de migração da população rural do país. O primeiro data da década de 1920, quando as pessoas eram atraídas a Bogotá pelo emprego na

indústria (ARIAS, 2017). Naquele período seu ambiente urbano era descrito como carente de higienização, mas com uma forma de vida inovadora, diferente da do campo (ARIAS, 2017).

Entre 1946-1958, período da história da Colômbia conhecido como *La Violencia* (CABALLERO, 2016), a migração massiva de colombianos(as) de outras regiões trouxe mudanças aceleradas à urbanização da cidade, ampliando rapidamente os seus limites territoriais. A população do meio rural deslocava-se à procura de segurança, devido ao conflito entre membros dos partidos hegemônicos: o Conservador e o Liberal, levando cidadãos a confrontos armados (*ibid.*).

Para pacificar o conflito, representantes dos dois partidos hegemônicos realizaram um acordo de divisão do poder, alternando entre eles os períodos de governo a cada quatro anos. O processo ficou conhecido como Frente Nacional e ocorreu entre 1958 e 1974, descrito como um pacto oligárquico que deixou de fora a participação política de grupos comunistas e outros de extrema esquerda, que depois formaram e participaram das guerrilhas (ARIAS, 2017).

Em resposta à luta armada guerrilheira, surgiram grupos de milícias armadas – grupos paramilitares –, que defendiam os interesses das elites econômicas do país e também procuravam acabar com qualquer manifestação do comunismo na Colômbia (GMH, 2015).

No contexto do conflito armado, as pessoas foram expulsas do meio rural e migraram para diferentes cidades do país. Em Bogotá, os períodos de ocupação mais intensos ocorreram nas décadas de 1940 (período de *La Violencia*), 1960 (surgimento das guerrilhas) e 1990 (intensificação do paramilitarismo e o narcotráfico) (TORRES, 2009).

A população migrante ocupou principalmente as regiões Sudeste, Sudoeste, Noroeste e a borda dos *Cerros Orientales* – uma cadeia de montanhas que faz parte da cordilheira Oriental –, gerando bairros informais (não reconhecidos pelo governo) nas margens da cidade, consideradas periferias urbanas (TORRES, 2009). Os bairros informais surgiram em áreas não adequadas, porque os solos apresentam risco de deslizamentos ou de enchentes, por ficarem à beira de rios. Pela falta de planejamento urbano, ficaram desprovidos de parques, vias para o transporte público, entre outros serviços para garantirem qualidade de vida (TORRES, 2009).

Essas situações foram vivenciadas em três distritos que ficam na região sudoeste de Bogotá: Tunjuelito, Ciudad Bolívar e Bosa, mas cada um desses com processos de ocupação do território específicos: Tunjuelito era uma fazenda que ficava ao lado do rio do mesmo nome. O terreno era de Pedro Nel Uribe e foi adquirida por Jorge Zamora, que o desmembrou em lotes menores num processo de urbanização, em 1947 (SDP, 2009). Os primeiros moradores foram artesãos dedicados à exploração das pedreiras locais, de baixa e média renda. Em 1972 foi reconhecido como distrito nº 6 de Bogotá (SDP, 2009) e em 2018 estimavam-se 164.952

habitantes (SDP, 2020).

Ciudad Bolívar tem relevo montanhoso e sua extensão é de 12.999 hectares (ha) – 3.391 ha urbano e 9.608 ha rural – (SDP, 2009a). Sua ocupação foi registrada em duas etapas: nos anos 1940, deveu-se à população que migrou do meio rural e instalou-se nas partes baixas e meias das montanhas, criando bairros informais (SDP, 2009a). A segunda foi depois de 1980, quando a população ocupou as zonas mais altas do relevo. Ciudad Bolívar foi declarado distrito nº 19 de Bogotá em 1983 (*ibid.*). Em 2018 era habitado por 584.655 pessoas (SDP, 2020).

Bosa, por sua vez, era um povoado de comunidade indígena Muisca, dedicado ao cultivo e à pecuária nas proximidades do rio Bogotá (limite oeste), até a chegada dos espanhóis, quando os indígenas foram submetidos a uma nova organização política, social e econômica (SDP, 2009b). Bosa foi nomeado distrito nº 7 de Bogotá em 1972. Em 2018 habitavam 669.878 pessoas (SDP, 2020).

Nesses distritos, as dinâmicas humanas estão relacionadas à agricultura urbana (AU), segundo Rodríguez (2017), dado que essa é caracterizada como prática agrícola localizada dentro (intraurbana) ou na periferia (periurbana) de uma cidade, na qual: “[se] semeia, [se] processa e [se] distribui uma diversidade de alimentos e produtos não-alimentares, (re)usando amplamente recursos humanos e materiais, produtos e serviços encontrados na área urbana e retribuindo-os amplamente nela” (SMIT; RATTA; NASR, 1996, p. 3, tradução nossa).

Para Mougeot (2000), a prática da AU ao menor tamanho e mais dispersa que nas áreas rurais é uma adaptação de agricultores(as) urbanos(as), permitindo-lhes a “integração ao sistema econômico e ecológico urbano (ecossistema urbano)” (*ibid.* p. 10). Os agricultores(as) urbanos(as), assim, suplementam a provisão de alimentos para residentes das cidades, que é garantida pela agricultura periurbana (AUP) e pela rural (AR) (SMIT; RATTA; NASR, 1996; MOUGEOT, 2000).

O cultivo urbano pode ser feito em zonas moles (jardins ou quintais) ou em zonas duras (terraços ou pátios), segundo o *Jardín Botánico de Bogotá José Celestino Mutis* (JBB, 2010), entidade que promove a AU na cidade. Sem importar o tipo de zona, utiliza:

O potencial local como a força de trabalho, a área disponível, a água da chuva, os resíduos sólidos, articulando conhecimentos técnicos e saberes tradicionais, com o fim de promover a sustentabilidade ambiental e gerar produtos alimentícios limpos para autoconsumo ou comercialização, fortalecendo o tecido social. (JBB, 2010, p. 8, tradução nossa).

Com tais características, a AU parece estar pautada em relações de reciprocidade. Nesse sentido, o objetivo do artigo é relatar as expressões de reciprocidade observadas em seis hortas familiares e seis comunitárias do sudoeste de Bogotá.

PRINCÍPIO DE RECIPROCIDADE

A teoria da reciprocidade tem bases na Antropologia, na qual corresponde “a um ato reflexivo entre sujeitos, a uma relação intersubjetiva, e não somente a uma simples permuta de bens ou de objetos” (SABOURIN, 2011, p. 21). Na Sociologia, ela é “o fundamento das relações sociais”, “uma norma social universal” a ser seguida (*ibid*, p. 21). Sabourin (2011) e Temple (2003), baseados em Mauss (2001 [1950]), se propõem a compreender a reciprocidade a partir da dádiva, que para Mauss era o princípio estruturante das sociedades humanas.

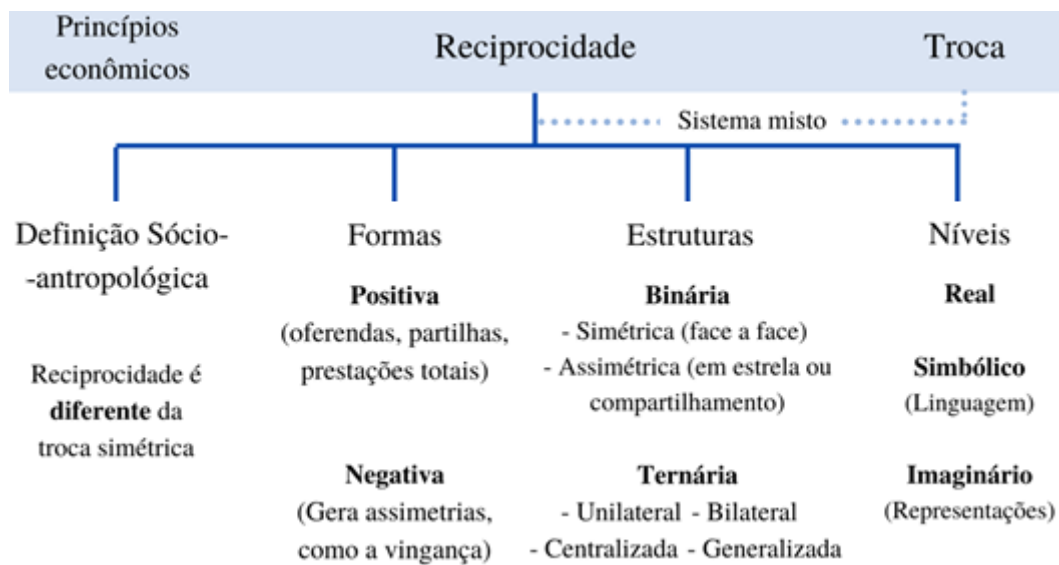
A dádiva exige o reconhecimento desinteressado do outro. Segundo Temple (2003, p. 22, tradução nossa), Mauss estabeleceu “a distinção entre intercâmbio comercial, interessado, e o sistema de dádiva, baseado na nobreza e na honra [...] o desinteresse do doador é condição de seu prestígio”. Temple (2003) explica que a dádiva sempre volta, ou seja, é recíproca e circula sob a lógica de um motor que Mauss (2001 [1950]) nomeou de *mana* – termo polinésio. Para Temple (2003, p. 135), a devolutiva da dádiva corresponde a um laço espiritual da coisa dada: “o prestígio não corresponde ao ego do doador, mas ao ser ao qual ele aspira”. Segundo Temple (1997 *apud* SABOURIN, 2011, p. 43), na relação de reciprocidade é produzido um sentimento “que se transforma em valor espiritual ou ético: amizade, confiança, justiça, responsabilidade”.

Considerando Temple (2003), Sabourin (2011) elenca quatro componentes da teoria da reciprocidade. O primeiro é sua definição socioantropológica, que difere reciprocidade, podendo ser assimétrica, da troca de objetos, que busca ser simétrica (SABOURIN, 2011). O segundo são as formas da reciprocidade: positiva (oferendas) ou negativa (vingança). O terceiro tem a ver com as estruturas das relações de reciprocidade (SABOURIN, 2011), que Temple (2009) as classifica em dois grupos: binária e ternária.

O grupo da reciprocidade binária (dividido) em dois: o cara a cara (frente a frente) e a partilha. Por ternária, entende-se uma relação na qual você atua sobre um parceiro e, ao mesmo tempo, você está sujeito à ação de um outro parceiro. A cadeia é contínua e se fecha numa rede ou num círculo. Pode ser linear, ou quando um só parceiro serve de intermediário para todos os outros, em forma de estrela. (TEMPLE, 2009, p. 3).

Sabourin (2011) argumenta que a reciprocidade nem sempre é simétrica como acontece na estrutura ternária, que traz um terceiro incluído. Como último componente da teoria da reciprocidade estão os níveis em que esta se sustenta: “o real, o simbólico (a linguagem) e o imaginário (as representações)” (SABOURIN, 2011, p. 23). Os quatro componentes estão sintetizados na Figura 1.

Figura 1. Teoria da Reciprocidade



Fonte: Elaboração a partir de Sabourin (2011).

Segundo Sabourin (2011a, p. 36), as expressões de reciprocidade estão presentes nas relações de *ajuda mútua*, na qual “horas e dias não são contabilizados; a importância da relação humana prevalece sobre o valor da prestação material”; no *compartilhamento de recursos*, que contribui “para produzir sentimentos de pertencimento, mas também de confiança e respeito” (*ibid.*, p. 38); e na *transmissão ou partilha de saberes*, que permite “construir uma força do fazer e de abertura ao outro” (SABOURIN, 2011a, p. 39).

Na qualidade de princípios econômicos, Sabourin (2011) argumenta que a reciprocidade e a troca (mercado) podem constituir um sistema misto (Figura 1), já que não existe um único mercado: existem diferentes mercados e nem todos estão orientados à concorrência, ao ganho individual e à propensão para barganhar. Alguns mercados se constituem a partir da preocupação pela subsistência do outro. Uma definição de mercado distinta da de Polanyi (2016), que tem a troca como o princípio da economia de mercado.

APONTAMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa se constitui numa abordagem qualitativa (MINAYO, 2009, p. 21) ao trabalhar “com o universo dos significados [...] das crenças, dos valores e das atitudes”. Buscou a

compreensão de fatos sociais, pois cada fato tem um sentido concreto (GOLDENBERG, 2004). A pesquisa também se enquadra como estudo de caso, já que permite abordar um fenômeno contemporâneo no seu contexto real (YIN, 2005).

O estudo de caso apoiou-se no método da história oral, dado que “cada indivíduo é uma síntese individualizada e ativa de uma sociedade, uma reapropriação singular do universo social e histórico que o envolve” (GOLDENBERG, 2004, p 36). Por meio da narração de histórias, os indivíduos dão sentido a suas experiências e revelam significados de suas vidas e de suas comunidades (GIBBS, 2012). A história oral, como método, valida o testemunho oral como fonte, seja por seu valor informativo ou simbólico, para abordar o tempo presente, incluindo elementos da subjetividade, das emoções e do cotidiano (FERREIRA; AMADO, 2006). Para tal, fez-se uso da entrevista focada, que, mesmo sendo uma conversação espontânea, segue um “conjunto de perguntas que se originam do protocolo de estudo de caso” (ANGROSINO, 2009, p. 118).

Apoiou-se também na etnografia, que permite descrever um grupo humano, “suas instituições, seus comportamentos, interpessoais, suas produções materiais e suas crenças” (ANGROSINO, 2009, p. 31). Da etnografia, foi utilizada a observação participante, na qual o pesquisador assume “uma variedade de papéis [...] e pode participar dos eventos que estão sendo estudados” (YIN, 2005, p. 121). O registro das observações foi feita por meio do diário de campo. Para Triviños (1987), as anotações de campo, de natureza descritiva, auxiliam o pesquisador a melhor descrever o ambiente sociocultural, econômico e ambiental vivenciado pelos entrevistados.

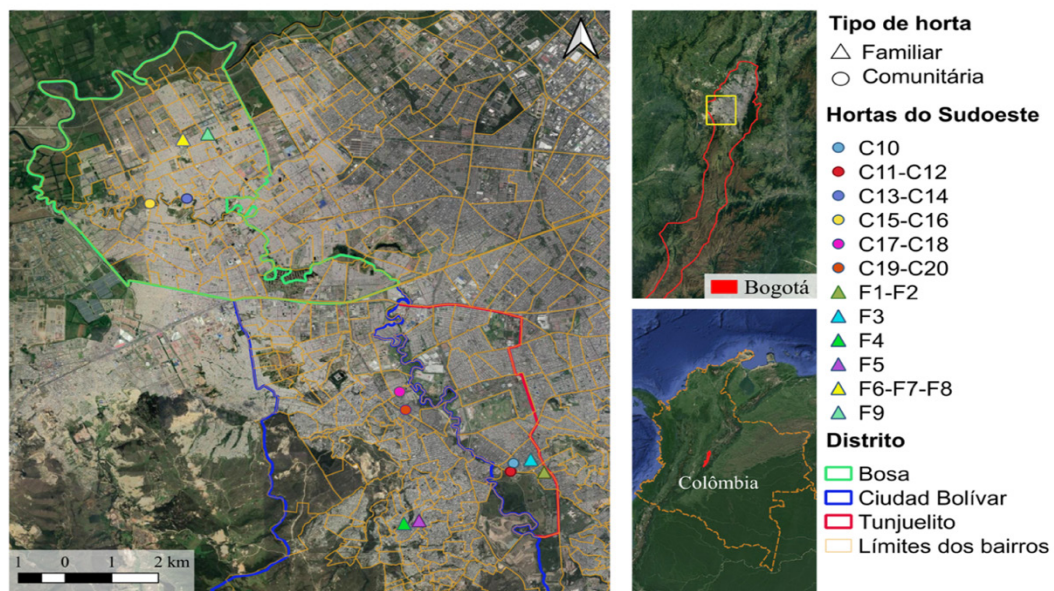
A amostragem partiu do Registro de Visitas Técnicas da *Oficina de Agricultura Urbana del Jardín Botánico de Bogotá* (doravante JBB), instituição que promove a agricultura urbana na cidade. Entre janeiro e agosto de 2019, o documento informava que os funcionários do JBB haviam apoiado com capacitações e insumos para plantio 447 hortas, classificadas como escolar (114), institucional (102), comunitária (131) e familiar (100). Os registros desses contemplavam os 19 distritos urbanos da cidade.

A triagem para a seleção dos locais e sujeitos que contribuiriam com a pesquisa foi definida a partir de critérios operacionais (YIN, 2005). Em ordem de atendimento, foram: hortas urbanas que fossem familiar ou comunitária, que por pressuposto sua organização social era autogestionária, ou seja, possível de observar expressões de reciprocidades. Como região da pesquisa, foi escolhido o sudoeste de Bogotá, conformada pelos distritos Ciudad Bolívar, Tunjuelito e Bosa, que recebeu parte significativa da população que migrou do meio rural no século XX (TORRES, 2009). No sudoeste de Bogotá vive 20,5% da população urbana da

cidade (SDP, 2020), principalmente de baixa e média renda, contemplando 17 hortas urbanas familiares e 28 comunitárias mapeadas pelo JBB.

Por amostragem aleatória (MARCONI; LAKATOS, 2006), escolheram-se 12 hortas, quatro em cada distrito, seis são familiares – cujos(as) participantes foram indicados com a letra F – e seis comunitárias – indicados com a letra C – onde ocorreram as observações participantes e foram entrevistados 20 agricultores urbanos – 13 mulheres e sete homens –, indicados com número sequencial. Foram realizadas três entrevistas e três observações participantes em cada horta. O trabalho de campo desenvolveu-se entre dezembro de 2019 e março de 2020, sem ser afetado pela pandemia do Covid-19. A localização das hortas consta no mapa da Figura 2.

Figura 2. Localização da Pesquisa



Fonte: Imagem Google Satellite (2020).

As entrevistas foram gravadas (com autorização) e posteriormente analisadas pelo conteúdo (BARDIN, 1977), na modalidade temática (RIESSMAN, 2005). Operacionalmente, os conteúdos das narrações foram agrupados em dois conceitos: agricultura urbana e reciprocidade (expressões que indicassem).

O processo de descrição, análise e interpretação (QUIVY; CAMPENHOUDT, 1998) ocorreu por meio de uma planilha. Primeiro, foram classificados os trechos das entrevistas e dos diários de campo a partir dos dois conceitos. Na sequência, a análise levou em conta para a

agricultura urbana as características do cultivo, a trajetória dos agricultores e a interação desses com os recursos apropriados no ecossistema urbano. Para as expressões de reciprocidade, interpretou-se a partir das formas, estruturas e níveis, conforme classificação de Sabourin (2011).

DESCRIÇÃO DOS ACHADOS

Dos(as) entrevistados(as) abordados(as), 14 migraram do meio rural para Bogotá entre 1980 e 2001, quatro pertenciam à comunidade indígena Muisca do distrito Bosa e dois (C11 e F8) nasceram na cidade, mas seus pais vieram do meio rural (Quadro 1).

Quadro 1. Caracterização dos(as) Entrevistados(as)

Entrevistado(a)	Gênero	Idade	Ocupação	Motivo da migração
F1	Mulher	70 anos	Aposentada	Conflito de terras com a família
F2	Homem	80 anos	Aposentado	
F3	Mulher	64 anos	Cuidados com a família	Estudo
F4	Mulher	74 anos	Aposentada	Violência doméstica
F5	Mulher	70 anos	Liderança ambiental	Estudo
F6	Mulher	57 anos	Cuidados com a família	Emprego
F7	Homem	--	Aposentado	Emprego
F8	Homem	28 anos	Autônomo	Nasceu na cidade
F9	Mulher	49 anos	Autônoma	Violência doméstica
C10	Mulher	47 anos	Liderança ambiental	Emprego
C11	Mulher	66 anos	Aposentada	Violência doméstica
C12	Mulher	46 anos	Autônoma	Nasceu na cidade
C13	Mulher	50 anos	<i>Sabedora</i> indígena	Comunidade indígena
C14	Homem	60 anos	Autônomo	Comunidade indígena
C15	Mulher	55 anos	Cuidados com a família	Comunidade indígena
C16	Mulher	58 anos	Autônoma	Comunidade indígena
C17	Homem	60 anos	Autônomo	Emprego
C18	Homem	88 anos	Aposentado	Emprego

C19	Homem	65 anos	Autônomo	Vítimas do conflito armado
C20	Mulher	65 anos	Cuidados com a família	

Fonte: Elaboração própria (2020).

Com apoio do *Jardín Botánico de Bogotá* (JBB), instalaram as suas hortas, motivados pela recuperação socioambiental de terrenos dos bairros que estavam sendo convertidos em lixões ou eram percebidos como inseguros. Também pela segurança alimentar e a soberania alimentar¹.

Em todas as hortas a produção é orgânica reusa resíduos orgânicos para realizar compostagem, que melhora as condições da terra para o cultivo, bem como evita o uso de agentes patógenos e substâncias químicas (JBB, 2010).

CONTEXTUALIZANDO AS HORTAS URBANAS FAMILIARES

Seis mulheres e três homens cultivavam nas hortas familiares, que estavam situadas no interior das casas (pátios ou terraços) e em terreno público (uma). Para irrigação, em todas faziam uso de água da chuva e em temporada seca, água da torneira. Em cinco hortas os(as) participantes geravam as sementes nos próprios cultivos e as partilhavam com outros agricultores(as) urbanos(as).

As narrativas dos(as) entrevistados(as) do bairro Tunjuelito (distrito Tunjuelito) variavam tal como a trajetória e acesso aos recursos para o cultivo. A entrevistada F1 (70 anos) e seu esposo F2 (80 anos) nasceram na área rural de Bogotá e migraram para Tunjuelito há 46 anos. Instalaram sua horta no pátio da casa, há 15 anos, com sementes entregues pelo JBB. Os alimentos são para autoconsumo, vende-se o excedente:

Foi um processo lento. Fomos fazendo os canteiros de cultivo e quando o *Jardín Botánico* nos ensinou fazer a compostagem, os ampliamos. Precisávamos adubo porque o solo é de cimento. Também temos galinhas para consumir os ovos em casa, não para os vender. (Entrevistada F1).

No mesmo bairro mora F3, mulher de 64 anos, que nasceu no meio rural e migrou para a Capital aos 13 anos. Começou sua horta em 2007, quando foi convidada pela agricultora

¹ Segurança alimentar é relacionada ao acesso, uso e garantia de alimentos (KORTH *et al.*, 2014). Soberania faz referência à autonomia nos cultivos e à livre circulação de sementes crioulas. (CAMPOS, 2015)

comunitária C10 para uma das capacitações sobre agricultura urbana oferecida pelo JBB. Na época da entrevista, cultivava hortaliças, frutas e legumes orgânicos em recipientes plásticos ou de metal, para autoconsumo.

No bairro El Regalo (distrito Bosa), na borda do sudoeste da cidade, próximo ao rio Bogotá – um dos mais poluídos do país –, moram a entrevistada F6, seu esposo F7, vindos da área rural para a Capital, e seu filho F8. Chegaram em 1980, quando a área ainda era rural. Desde 2008, cultivam hortaliças e tubérculos orgânicos para autoconsumo e plantas decorativas para vender. Sobre o cultivo, o entrevistado F8 comentou:

Sempre tivemos plantas, mas desde que o meu pai se aposentou pensamos a horta como um projeto para ocupar o seu tempo livre. Uma parte é de hortaliças para nossa alimentação e na produção reusamos resíduos orgânicos da casa, assim deixamos de produzir lixo.

A uma rua deles mora F9 (49 anos), líder ambiental da rede de agricultoras urbanas de El Regalo. Ela nasceu no departamento Santander (nordeste da Colômbia) e migrou para Bogotá aos 14 anos. Há 32 anos chegou em El Regalo e há 25 anos criou sua horta orgânica para autoconsumo. Processa algumas plantas para fazer shampoo e pomadas que são vendidos. Com a rede de agricultoras participa de um banco de mudas que fica em sua casa e de um banco de sementes crioulas que fica na casa de uma vizinha. Assim partilham mudas e sementes com outras agricultoras urbanas:

O banco nasceu para evitar o consumo de alimentos transgênicos, assim produzimos os nossos, orgânicos. Eudócea (vizinha) rotula as sementes que colhe, as guarda em potes e depois as distribuimos. Eu tenho o banco de mudas, com 2.000 dessas, que distribuimos mensalmente. (Entrevistada F9)

Em um dos morros do distrito Ciudad Bolívar fica o bairro *Nueva Colombia*, com escassas áreas verdes e com aglomerações subnormais. Pelo bairro passa o riacho *Limas (brazo derecho)*, afetado pelo depósito de lixo. Neste bairro mora a agricultora urbana F4 (74 anos), que nasceu no departamento Tolima (centro-oeste da Colômbia) e em 1984 migrou para Bogotá. Em 1990 chegou ao bairro (nessa época irregular) e em 2010 criou a sua horta no pátio da casa, onde a vizinhança jogava lixo. O cultivo orgânico é para autoconsumo e quando tem excedentes os vende.

Próximo da sua casa, à beira do riacho *Limas (brazo derecho)*, está a horta de F5 (70 anos). Ela nasceu no departamento Boyacá (centro da Colômbia) e migrou para Bogotá aos 10 anos. Em 1980 chegou a *Nueva Colombia* e em 2006 instalou a horta num espaço público com autorização da *Empresa de Acueducto de Bogotá*, para recuperá-lo ambientalmente, pois era

usado como depósito “ilegal” de lixo. Para a instalação recebeu terra (composto), sementes e capacitações do JBB e depois gerou as suas próprias, assim como mudas que compartilha com outros(as) agricultores(as) urbanos(as). O cultivo é para autoconsumo, o excedente é vendido à vizinhança para manter a horta. Recebe resíduos orgânicos da vizinhança para seu minhocultivo.

Figura 3. Hortas de F1 (Tunjuelito), F6 (Bosa) e F5 (Ciudad Bolívar)



Fonte: Acervo pessoal (2020).

CONTEXTUALIZANDO AS HORTAS URBANAS COMUNITÁRIAS

Das seis hortas comunitárias participaram nas entrevistas oito mulheres e três homens. Quatro dos terrenos nos que cultivam são públicos (dois no distrito Ciudad Bolívar e dois em Tunjuelito). Nestes os(as) entrevistados(as) instalaram as hortas após negociações com instituições do governo da cidade como: *Empresa de Acueducto de Bogotá*, *Defensoría del Espacio Público*, entre outras. Os outros dois terrenos são propriedade das entrevistadas C13 e C15 (distrito Bosa), localizados às margens do rio Tunjuelito – com alta carga de poluição –, onde cultivava a comunidade indígena Muisca. Nestas duas hortas, a água para irrigação é da torneira, enquanto nas outras quatro hortas dependem da água da chuva, e só em temporada de seca usam a água da torneira.

As duas hortas comunitárias do distrito Tunjuelito são mantidas pelo grupo de agricultoras “Jardineando Ando”: uma no bairro 14 de Mayo, que fica do lado do riacho Chigüaza; e a outra no bairro Tunjuelito, ao lado do salão comunitário. Os dois espaços eram terrenos abandonados, onde a vizinhança jogava lixo e eram percebidos como locais de roubos. O grupo “Jardineando

Ando” organizou-se para cultivar hortaliças e tubérculos orgânicos, que são distribuídos entre as agricultoras participantes em quantidades iguais.

O Grupo é liderado por C10 (mulher de 47 anos), que nasceu no departamento Nariño (sul da Colômbia) e chegou a Bogotá em 1997. Desde 2005 é líder ambiental e comunitária em Tunjuelito, promovendo a partilha de sementes, mudas e saberes:

Em cada horta que visito eu peço sementes e trago para as nossas hortas. As agricultoras as doam, porque sabem que eu trago essas sementes para as multiplicar. Até me chamam quando têm mudas a mais. Também, quando recebo sementes do *Jardín Botánico*, as levo para as escolas onde cultivamos. (Entrevistada C10).

Também participam do Grupo C11 (66 anos), que migrou do departamento Tolima à Capital aos 17 anos, e C12 (46 anos), nascida em Bogotá e filha de agricultores que migraram a Bogotá. Como participantes de “Jardineando Ando” apoiam outras hortas no distrito e outras agricultoras de Bogotá na recuperação de terrenos abandonados, partilhando saberes e técnicas de cultivo, como descreve a entrevistada C12:

Eu destaco o aprendizado obtido. Um dia estávamos transplantando umas mudas e uma senhora pegou uma, a cortou e a cuspiu. Eu perguntei para ela por que fazia isso e ela respondeu que assim a planta crescia melhor. Eu fiquei surpresa. Imagino que isso ela aprendeu de alguém e assim ela o ensina. As suas plantas crescem, sim.

As duas hortas comunitárias de Ciudad Bolívar ficam na parte baixa do distrito. Uma delas é cultivada pela *Asociación de Agricultores de Guatiquía* (Asograng), no bairro Guatiquía, criada em 2006 por um grupo de vizinhos para recuperar um terreno público que ficava sob torres de energia. Era utilizado como depósito de lixo e referenciado como inseguro. Esse terreno foi transformado numa sala de aula ambiental. A produção orgânica é distribuída entre os oito associados(as) para consumo, mas para manter a horta vendem o excedente, principalmente de quinoa e amaranto.

Em Asograng, participou da entrevista o presidente da horta, C17 (60 anos), que migrou do departamento Boyacá para Bogotá por emprego, e referiu-se à importância da horta para resolução de problemas de vizinhança:

Os vizinhos têm a horta como um espaço que os ajuda a solucionar problemas. Se têm móveis velhos, os trazem para nós ou se têm madeira, a usamos para fazer uma cerca. Às vezes fazemos um almoço comunitário ou uma chicha², que compartilhamos com eles. Quando há muita produção, vêm e nos compram a colheita ou compram adubo (composto) para seus jardins. (Entrevistado C17).

² Bebida tradicional à base de milho.

A horta comunitária “Sembrando con esfuerzo”, no bairro Arborizadora Baja (Ciudad Bolívar), fica junto a um prédio construído pelo governo da cidade para a população vítima do conflito armado. A horta foi criada em 2018 num local onde ocorriam furtos e consumo de substâncias psicoativas. A terra (composto) para plantar foi trazida por gestão da comunidade (ajuda mútua) e as sementes foram doadas por entidades, como a *Secretaría Distrital de Cultura*, a *Alta Consejería para las Víctimas de Bogotá* e o JBB. C19 e C20 (os dois com 65 anos), entrevistados na horta “Sembrando con esfuerzo”, são um casal que foi deslocado do departamento de Santander (nordeste da Colômbia) para Bogotá em 2001, em decorrência do conflito armado. Eles foram nomeados administradores da horta, em contrapartida mantêm o espaço verde para seus vizinhos. As coletas são para o autoconsumo e o pouco que excede é vendido para a vizinhança.

No distrito Bosa, situa-se a horta da Entrevistada C13 (50 anos), uma das oito *sabedoras*³ do *Cabildo Indígena* Muisca. Em 2017, C13 dispôs seu terreno, ao lado do rio Tunjuelito – classificado como de alto risco, por ameaça de enchente –, para o cultivo comunitário. A partir da horta, C13 procura resgatar práticas ancestrais da comunidade Muisca, que não dispõe de terrenos próprios para semear. Para a instalação da horta, uma parte da terra (composto) foi doada pelo JBB e outra adquirida por C13. As primeiras sementes também foram doadas pelo JBB, depois foram coletadas do cultivo ou conseguidas por intercâmbio com agricultores(as) indígenas. A comunidade semeia seguindo o calendário Muisca:

De 1º de janeiro ao 1º de fevereiro se limpa e se aduba a terra. Dia 2 de fevereiro a comunidade se reúne, compartilha alimento e o *Cabildo* abençoa as sementes, assim essas ficam prontas. A gente espera para semear essas sementes no dia 21 de março, que é ano novo Muisca. Até o 1º de dezembro vai se coletando e a partir desse dia a terra entra em descanso: esse período é chamado por nós como o tempo sem tempo. (Entrevistada C13).

C15 (55 anos), da comunidade indígena Muisca, nasceu em Bosa. Sua horta, instalada em 2018 com a ajuda de sua cunhada, C16 (58 anos), fica no bairro San Bernardino, ao lado do rio Tunjuelito. Do cultivo participam nove famílias indígenas, inclusive crianças, facilitando a transmissão de saberes entre os(as) agricultores(as) e deles(as) aos seus filhos. A coleta é partilhada, mas a maior parte é vendida para a manutenção da horta.

³ Os(as) oito *sabedoras(as)* conservam e transmitem os saberes ancestrais da comunidade Muisca de Bosa. Se reúnem no *Cusmuy*, “que é o centro dos saberes, a nossa casa ancestral”. (Entrevistada C13).

Figura 4. Hortas comunitárias C13 (Bosa), C10 (Tunjuelito) e C17 (Ciudad Bolívar)



Fonte: Acervo pessoal (2020).

AGRICULTURA URBANA E A RECIPROCIDADE

As principais características da agricultura urbana (AU) apresentadas por Mougeot (2000) dialogam com a reciprocidade: o uso de recursos locais, a interação de quem desenvolve a prática e esses recursos, e a retribuição ao ecossistema urbano.

Sobre o uso dos recursos para o fortalecimento do tecido social, o *Jardín Botánico de Bogotá* (JBB, 2010) especifica que esses devem ser locais (força de trabalho, técnicas e saberes tradicionais) ou naturais (água chuva, terra etc.). Nas hortas urbanas, os(as) entrevistados(as) fazem uso dos recursos locais e naturais do ecossistema urbano, eles são auxiliados pelo JBB.

Nas seis hortas familiares, a terra (composto) que proporcionou seu início foi fornecida pelo JBB e, em alguns casos, complementada pelos(as) entrevistados(as). Em todas, a compostagem é feita com os resíduos de alimentos vindos das famílias dos entrevistados, mas em quatro delas (F4, F5, F1-F2 e F6-F7-F8) também vêm da vizinhança:

Nós recebemos os resíduos orgânicos de duas vizinhas. Para elas e para o meio ambiente é positivo, porque esses resíduos não vão para a lixeira. Esses são usados para a nossa compostagem e assim se deixa de produzir tanto lixo. Além disso coletamos cascas de ovos, que colocamos na terra para ela não ficar compacta. (Entrevistada F1)

Nas seis hortas comunitárias, o JBB também forneceu terra (composto) para seu início, dado que no ambiente urbano o acesso é restrito. Pela extensão dessas, maiores que as hortas familiares, os(as) entrevistados(as) tiveram que comprar mais. Para adubação, as hortas comunitárias usam a compostagem de resíduos orgânicos da vizinhança. Nas duas hortas

comunitárias de Tunjuelito também utilizavam a compostagem de restos de vegetais coletados no mercado de hortifrúti e de cinzas de churrasqueiras obtidas nos restaurantes do bairro. Na horta que participam C17 e C18, foram instalados baldes nos acessos do terreno para que a vizinhança pudesse depositar os resíduos de vegetais para o uso no minhocultivo.

A prática dos agricultores urbanos, segundo Mougeot (2000), tem se demonstrado uma forma conveniente de “administrar espaços abertos, reduzir o descarte e o tratamento dos resíduos urbanos, gerar renda suplementar e proporcionar emprego direto ou não [...]” (p. 25, tradução nossa). Essa situação foi evidenciada nas hortas urbanas pesquisadas no sudoeste de Bogotá, como também já havia sido evidenciada por Vargas e Ruiz (2015), que demonstraram como a articulação dos habitantes permitiu a recuperação ambiental de terrenos para cultivar nos morros do sul de Bogotá.

Também dialoga com pesquisas feitas no Brasil, como a desenvolvida por Abreu (2013) que descreveu a gestão comunitária de resíduos orgânicos na cidade de Florianópolis para produção de composto, conhecida como Revolução dos Baldinhos, articulando 200 famílias e nove escolas do bairro Monte Cristo.

Smit, Ratta e Nasr (1996) argumentam que os produtos dos(as) agricultores(as) urbanos(as) retribuem ao local onde foi desenvolvida a AU, dado que utilizam recursos materiais e imateriais do local. A coleta de sementes e sua partilha entre as hortas urbanas é uma forma de retribuição, como acontece em cinco das seis hortas familiares, e nas seis hortas comunitárias. As hortas comunitárias que participam C13-C14 e C17-C18 vão além, resgatam sementes crioulas: milho de cores, na primeira e quinoa, na segunda.

Vale destacar que, tanto nas hortas familiares quanto nas comunitárias, os(as) entrevistados(as) cultivam para garantir a segurança alimentar – disponibilidade, acesso e uso dos alimentos – conforme Korth *et al.* (2014), ou ainda, a soberania alimentar, ao promoverem a coleta e a livre circulação de sementes, gerando autonomia aos cultivos (CAMPOS, 2015), como relatou a entrevistada C13:

O nosso papel como produtor de orgânicos é que a semente não seja comprada, mas sim obtida por intercâmbios. Quando a gente começa a semear, a primeira semente se pode comprar, mas as seguintes devem ser coletadas. Não é possível ficar comprando elas. O que acontece, por exemplo, com as multinacionais: nos vendem as sementes, mas elas ficam condicionadas à compra de pacotes de químicos para crescerem. Como produtores orgânicos temos essa missão: resgatar as sementes.

Os(as) entrevistados(as), com apoio do JBB, ao criarem as hortas urbanas, se transformam em agricultores(as) urbanos(as) e promovem reciprocidades: usar recursos locais, promover interação entre os que desenvolvem a prática e os recursos, para retribuir ao ecossistema urbano.

EXPRESSÕES DE RECIPROCIDADE NAS HORTAS FAMILIARES

Polanyi (2016, p. 117), que também discute reciprocidade e troca como princípios econômicos, apresenta outro princípio: o da administração doméstica. A administração doméstica (autarquia) se fundamenta em “produzir e armazenar tendo em vista a satisfação das necessidades dos membros do grupo”. Este é um princípio identificado nas hortas familiares, dado que a colheita de alimentos orgânicos é compartilhada com filhos e netos, colaborando igualmente para a manutenção das relações familiares. Observou-se que as partilhas não eram quantificadas pelos(as) agricultores(as) urbanos(as), importante era a partilha nas reuniões familiares:

Quando meus filhos me visitam, eu cozinho com a colheita da horta. Por exemplo, eu pego frutas e faço os sucos que eles gostam. (Entrevistada F1)
 Meus filhos ficavam contentes quando eu lhes levava colheita da horta. Ao meu filho que não mora mais comigo, eu levei coentro, alface, espinafre... Ele percebia que eu estava semeando alimentos saudáveis. (Entrevistada F4)

A autarquia é um princípio econômico que dialoga com o da reciprocidade, caracterizado pelo compartilhamento das coletas com a vizinhança, ação que Sabourin (2011) classificaria como: expressão de estrutura binária e de forma positiva (partilha) da reciprocidade, conforme relato da Entrevistada F3:

Às vezes eu dou parte da colheita para meu filho e a sua família, ou levo para uma amiga minha. Ela tem uma neta que gosta de comer batata com salsinha, então eu doo para ela quanto tenho bastante. Ela os recebe porque a produção é limpa, sem químicos.

Outra expressão da reciprocidade observada nas seis hortas familiares foi a partilha de mudas e de sementes entre os(as) agricultores(as) urbanos(as). Sabourin (2011, p. 53) a classificaria como binária, pois ela “dá lugar ao sentimento de participação e, eventualmente, de confiança”. Os(as) entrevistados(as) confiam que as mudas e sementes que recebem são orgânicas, baseados na trajetória dos outros agricultores urbanos.

O último intercâmbio que fiz foi num evento do *Jardim Botânico* onde nos convidaram como comunidade indígena; aí levaram vários outros agricultores da cidade. Eu levei sementes de acelga e as intercambiei por sementes de milho, cenoura e ervilha. A gente as traz e as reproduz para voltar a intercambiar. A semente que se intercambia deve ser da nova colheita, para que seja orgânica, ou seja, limpa. (Entrevistada C13).

A reciprocidade também é expressa em cinco hortas familiares por meio da coleta de resíduos (vegetais) dos vizinhos para a compostagem. Esses resíduos ajudam a manutenção das hortas, por gerar obrigação moral para a retribuição com os produtos derivados desta. Essa prática (dar-receber-retribuir) é uma dádiva, que segundo Temple (2003) aciona valores, tal como laços espirituais.

A doação dos resíduos orgânicos pelos vizinhos pode ser interpretada como reciprocidade de estrutura binária simétrica (face a face) que não leva “a nenhuma forma de dominação e, portanto, não aparece em nenhuma relação de poder” (TEMPLE, 2009, p. 5). Esta atitude fortalece os vínculos com a vizinhança, promove a interação e o diálogo, e produz “a consciência do sentimento de amizade” (SABOURIN, 2011, p. 53). O relato da Entrevistada F5 demonstra a interação:

Eu faço compostagem com os resíduos orgânicos que as vizinhas do bairro me trazem, porque sabem que eu preciso para o minhocultivo. Elas também me pedem ajuda para transplantar árvores no bairro ou, se a comunidade precisar mudas, eu doo da minha horta.

A literatura relata a existência de reciprocidade ternária, que é a “relação na qual você atua sobre um parceiro e, ao mesmo tempo, você está sujeito à ação de um outro parceiro” (TEMPLE, 2009, p. 3). Essa expressão foi identificada na pesquisa por meio da doação de alimentos para vizinhos (F3 e F4) ou de árvores e mudas para começar novas hortas (F5 e F9), atitude que gera reciprocidade ambiental:

Eu cultivei alho-poró e não acredito na quantidade que colhi. Então eu fui para Bosa, onde mora a minha irmã, e levei para ela. Peguei um pouco para mim e o restante dei para uma vizinha. (Entrevistada F4)
Se eu posso apoiar outras hortas com mudas, eu as doo. O único que peço é uma carta na qual a pessoa indica que eu doe, para deixar no meu arquivo. A minha intenção é que as hortas continuem crescendo e, tomara, se tornem autossuficientes, para a comunidade se beneficiar de alimentos orgânicos. Também para as plantas melhorarem o ambiente. (Entrevistada F5).

As reciprocidades, segundo Sabourin (2011), não se limitam às doações de bens ou materiais, elas podem ser imateriais, tal como a transmissão de saberes, uma expressão de reciprocidade ternária unilateral, tal como a que ocorre de geração em geração. Nas hortas dos(as) agricultores(as) urbanos(as) F5, F9 e F6-F7-F8, a transmissão de saberes se faz por meio da educação ambiental com alunos das escolas dos respectivos bairros, para replicar iniciativas ambientais que tragam benefícios ecossistêmicos. No caso das agricultoras urbanas F3 e F4, a transmissão de saberes é feita na família, para suas netas.

Como se observou em cinco das seis hortas familiares, a produção é para autoconsumo dos(as) agricultores(as), mas quando há excedente esse é doado ou vendido. Estas ocorrências demonstram que as hortas urbanas baseiam-se em sistemas mistos, quer dizer, coexistem três princípios econômicos: o da autarquia, o da reciprocidade e o da troca. Sabourin (2011a), ao observar a reciprocidade que permeia algumas trocas argumenta que podem coexistir seja de forma antagonica ou complementar. No caso das hortas abordadas, identificou-se que ocorre de forma complementar.

EXPRESSÕES DE RECIPROCIDADE NAS HORTAS COMUNITÁRIAS

O princípio de autarquia (autossuficiência) também se manifesta nas hortas comunitárias e dialoga com o princípio da reciprocidade. No distrito Tunjuelito, as hortas são destinadas exclusivamente para o autoconsumo, mas expressam reciprocidade positiva, enquanto “tende a estabelecer um laço social [...] uma inclusão do outro” (SABOURIN, 2011, p. 49):

Nós consumimos o que colhemos. Por exemplo, C10 deu-me acelgas e eu levei para a minha irmã. Ela perguntou onde eu tinha as comprado e falei que essas eram boas, porque eram sem químicos. Assim é como fazemos intercâmbios gratuitos entre nós. Se eu precisar de terra para cultivar, eu trago das hortas, porque também tenho uma horta na minha casa. (Entrevistada C11).

Nas hortas de Bosa e Ciudad Bolívar, além do autoconsumo a produção se destina à venda para manter o cultivo das hortas, o que constitui um sistema misto, referenciado por Sabourin (2011a), pela coexistência complementar entre troca e autossuficiência.

A reciprocidade nas hortas comunitárias se manifesta pela distribuição das coletas entre os participantes. Nas duas hortas do distrito Tunjuelito e na horta de C13 de Bosa, a reciprocidade pode ser classificada como ternária bilateral: quem participa do cultivo recebe da colheita. Essa ação produz valores de amizade e de responsabilidade:

A colheita é dividida em partes iguais entre as pessoas que ajudaram. Essa é a retribuição pelo apoio na horta. Se elas precisam terra para cultivar nas suas casas também podem pegar. Procuramos que as mulheres garantam a sua soberania alimentar e levem alimentos para suas famílias. (Entrevistada C10).

Nos casos das hortas onde participam C15 e C16 (Bosa) e C17 e C18 (Ciudad Bolívar), a estrutura é ternária centralizada, dado que C15 e C17 se encarregam da distribuição das coletas:

“Quando tem colheita, os associados recebem uma cesta de alimentos a cada 15 dias ou a cada mês. A gente pergunta para eles o que desejam levar: alface, espinafre [...] O excedente é vendido para a vizinhança” (Entrevistado C17).

A reciprocidade ternária apresenta-se na pesquisa de várias formas, destaca-se a derivada da recuperação de terrenos que estavam sendo afetados com acumulação de lixo, furtos ou uso de drogas, como nas hortas onde participam C10, C11 e C12 (Tunjuelito) e C17, C18, C19 e C20 (Ciudad Bolívar). A AU veio a beneficiar todos os moradores nos seus respectivos bairros – reciprocidade socioambiental:

Eu me dei conta que em Bogotá eu tenho tudo, então as hortas são como um trabalho de retribuição por tudo o que Bogotá tem me dado [...] Tem pessoas que dizem que eu sou boba por ajudar em outras hortas. Boba seria se eu ficasse em casa dormindo, tendo tanto para se fazer. (Entrevistada C10).

Nas hortas de C13 e C15, que emprestam os seus terrenos para que a comunidade indígena os cultive, alguns dos produtos são entregues ao *Cabildo Indígena*, isso gera reciprocidade social, complementada pela ambiental:

É importante, porque a gente cultiva sem químicos, limpo, para o próprio consumo. Elas (agricultoras), quando veem que o alimento está saindo, ficam contentes. Também quando fazemos a assembleia no *Cabildo Indígena*, o milho para fazer a *chicha* (bebida tradicional) ou as *arepas* (pão de milho) vem das hortas comunitárias. (Entrevistada C15).

As reciprocidades simétricas, que decorrem da ajuda mútua e são características de práticas de sociedades rurais (SABOURIN, 2011a), também foram observadas na agricultura urbana, especificamente nas hortas comunitárias pela “partilha dos esforços entre pares” (SABOURIN, 2011, p. 117). Nas hortas de C13 e C15, as famílias indígenas Muiscas participam pelo menos uma vez na semana dos cultivos. Na horta Asograng, onde participam C17 e C18, recebem o apoio voluntário de estudantes de faculdades e da vizinhança no cultivo.

Durante o cultivo, os(as) voluntários(as) doam tempo e recebem saberes sobre práticas agrícolas (valores imateriais) como retribuição dos(as) agricultores(as) urbanos(as), expressando níveis imaginários de reciprocidade, como relata C15: “(O saber) é importante, porque ajuda a não acabar a tradição de semear (na comunidade indígena). Por exemplo, aqui as crianças vêm e ajudam a plantar. Aí explicamos para eles por que e assim eles crescem com a ideia de ter uma porção de terra para cultivar”.

Uma observação comum em quatro hortas familiares e três comunitárias foi a criação de uma reciprocidade, não mencionada pela literatura, a socioambiental, dado que por meio dela

os(as) agricultores(as) urbanos(as) beneficiam demais moradores(as) da cidade, seja reduzindo lixo e resíduos, seja produzindo alimentos sem químicos, entre outros:

Há pessoas que dão importância ao dinheiro, mas nós damos essa importância para a compostagem que fazemos. Por isso, quando pegamos os resíduos e os transformamos (em adubo) fazemos a diferença. (Entrevistada F9)

Eu sinto grande satisfação de contribuir com o meio ambiente e de produzir alimentos, ao procurar alternativas alimentares. Também estamos contribuindo para redução do uso de químicos nos alimentos que comemos. (Entrevistado C17)

As expressões de reciprocidade, decorrentes das hortas urbanas, sejam elas familiares ou comunitárias, são positivas tanto para os agricultores(as) urbanos(as), como para a população dos bairros onde estão inseridos(as). Essas reciprocidades diferem das relações de troca (mercado), na qual o ganho individual impera (POLANYI, 2016).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível apreciar que, na prática de AU, por meio das hortas urbanas, se reúnem agricultores(as) urbanos(as) sob o princípio da reciprocidade, esse é expresso pelas relações entre os(as) agricultores(as), entre esses(as) e seus familiares, sua vizinhança e instituições locais.

Diferentes reciprocidades foram observadas, as quais variam do nível real (material), envoltos nos alimentos e nos resíduos orgânicos, ao no nível imaginário (simbólico), envolto nos atos de cultivar, coletar, partilhar e transmitir saberes. As expressões de reciprocidade se mostram positivas, coexistindo de maneira complementar e até subsistindo os demais princípios econômicos observados (autarquia e troca).

As hortas urbanas de Bogotá, investigadas como categoria de AU, iniciaram por motivações dos(as) entrevistados(as) de cultivar para o autoconsumo nas famílias (princípio da autarquia), com apoio do JBB. Porém, no decorrer do tempo, a troca monetária se manifestou em nove das doze hortas, com a venda de parte da colheita para a manutenção dos cultivos. Mesmo considerando explícito o princípio da troca, este se apresenta como complementar, não é o principal objetivo das hortas, como observado em nove das 12 hortas visitadas, evidenciando um sistema misto.

As reciprocidades positivas (dádivas), de estrutura ternária, nas hortas urbanas transbordam do social para o ambiental, do dar-receber-retribuir para além dos envolvidos,

do real ao imaginário. Os(as) agricultores(as) urbanos(as) acreditam estar retribuindo para Bogotá benefícios sociais, inviabilizando roubos e o uso de drogas nos terrenos onde cultivam alimentos, bem como benefícios ambientais, reduzindo lixões por meio de áreas cultivadas sem uso de químicos.

A maior parte dos(as) agricultores(as) urbanos(as) partilha sementes, mudas e saberes, com a intenção de promover mais hortas. Por vezes, recebem mudas e sementes de variedades que não possuíam. Esse processo dar-receber-retribuir demonstra que a reciprocidade fala mais alto que a troca, pois se objetivassem o mercado não partilhariam as sementes, tampouco incentivariam a entrada de um número maior de agricultores(as) urbanos(as).

Nesta prática, contempla-se a ajuda mútua, expressa em dois momentos: no cultivo voluntário das hortas comunitárias e na doação de resíduos orgânicos pela vizinhança para a compostagem. Essas ações promovem o fortalecimento do tecido social, bem como o uso não exacerbado da natureza.

A transmissão de saberes, que é de suma importância para a soberania alimentar, ocorre nas hortas familiares de geração em geração (avós para netos e pais para filhos) e com os(as) vizinhos(as). Nas hortas comunitárias, a transmissão ocorre pela educação ambiental promovida pelos(as) agricultores(as) urbanos(as) para estudantes e vizinhança. Assim como os(as) entrevistados(as) transmitem saberes, eles também receberam saberes no decorrer de sua prática, seja de seus pais e avós no meio rural, ou do *Jardín Botánico de Bogotá*, que os(as) auxiliou na instalação de suas hortas familiares ou comunitárias.

REFERÊNCIAS

1. ABREU, Marcos. **Gestão comunitária de resíduos orgânicos: o caso do Projeto Revolução dos Baldinhos (PRB), Capital Social e Agricultura Urbana**. 2013. 184 f. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) — Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/107404>. Acesso em: 03 jan. 2021.
2. ANGROSINO, Michael. **Etnografia e observação participante**. Porto Alegre, RS: Artmed, 2009.
3. ARIAS, Ricardo. **Historia de Colombia contemporánea (1920-2010)**. Bogotá: Ministerio de Cultura — Biblioteca Nacional de Colombia, 2017.
4. BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

5. CABALLERO, Antonio. **Historia de Colombia y sus oligarquías (1498-2017)**. Bogotá: Biblioteca Nacional de Colombia, 2016. Disponível em: <https://bibliotecanacional.gov.co/es-co/proyectos-digitales/historia-de-colombia/libro/index.html>. Acesso em: 06 abr. 2019.
6. CAMPOS, Carolina. **Empoderamiento campesino y soberanía alimentaria en Colombia: la defensa de las semillas y los mercados campesinos**. 2015. 59 f. Dissertação (Maestría en Estudios Latinoamericanos) — Universidad de Leiden, Leiden, 2015. Disponível em: <https://studenttheses.universiteitleiden.nl/handle/1887/32054>. Acesso em: 15 set. 2019.
7. DANE (DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTADÍSTICAS). **Censo nacional de población y viviendas 2018**. Bogotá: [s.n.], 2018. Disponível em: <https://sitios.dane.gov.co/cnpv/#/>. Acesso em: 22 jul. 2019.
8. FERREIRA, Marieta; AMADO, Janaína (coord.). **Usos e abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
9. GIBBS, Graham. **El análisis de datos cualitativos en investigación cualitativa**. Madrid: Ediciones Morata, 2012.
10. GMH (GRUPO DE MEMORIA HISTÓRICA). **¡Basta ya! Colombia: memorias de guerra y dignidad**. Bogotá: Imprenta Nacional, 2013.
11. GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.
12. JBB (JARDÍN BOTÁNICO DE BOGOTÁ). **Cartilla de agricultura urbana**. Bogotá: Imprenta Distrital, 2010. Disponível em: http://www.jbb.gov.co/documentos/tecnica/2018/Agricultura_urbana2010.pdf. Acesso em: 27 nov. 2019.
13. KORTH, Marcel *et al.* What are the impacts of urban agriculture programs on food security in low and middle-income countries: a systematic review. **Environmental Evidence**, v. 3, n. 21, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1186/2047-2382-3-21>. Acesso em: 21 ago. 2019.
14. MARCONI, Marina; LAKATOS, Eva. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006.
15. MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre a dádiva**. Lisboa: Edições 70, 2001 [1950].
16. MENDONÇA, Fernando. Riscos, vulnerabilidade e abordagem socioambiental urbana: uma reflexão a partir da RMC e de Curitiba. **Desenvolvimento e Meio Ambiente (UFPR)**, Curitiba, PR, v. 1, p. 139-48, jul./dez. 2004.
17. MINAYO, Maria Cecília (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 28. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
18. MOUGEOT, Luc. **Urban agriculture: definition, presence, potentials and risks, and**

- policy challenges. Ottawa: International Development Research Centre (IDRC), 2000.
19. POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens políticas e económicas do nosso tempo. Lisboa: Edições 70, 2016. Ebook. Disponível em: <http://lelivros.love/book/baixar-livro-a-grande-transformacao>. Acesso em: 1 jun. 2019.
 20. QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc. **Manual de investigação em Ciências Sociais**. 2. ed. Lisboa: Trajectos, 1998.
 21. RIESSMAN, Catherine. **Narrative analysis**: narrative, memory & everyday life. Huddersfield: University of Huddersfield, 2005. p. 17. Disponível em: <http://eprints.hud.ac.uk/id/eprint/4920/2/>. Acesso em: 15 maio 2020.
 22. RODRÍGUEZ, Diego. **Agricultura urbana en Bogotá**: aporte para el cambio cultural. 2017. 165 f. Dissertação (Maestría en Medio Ambiente y Desarrollo) — Universidad Nacional de Colombia, Bogotá, 2017. Disponível em: <https://docplayer.es/57533565-Agricultura-urbana-en-bogota-aporte-para-el-cambio-cultural-diego-ricardo-rodriguez-pava.html>. Acesso em: 10 jul. 2019.
 23. SABOURIN, Eric. **Sociedades e organizações camponesas**: uma leitura através da reciprocidade. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2011.
 24. SABOURIN, Eric. Teoria da reciprocidade e sócio-antropologia do desenvolvimento. **Sociologias**, Porto Alegre, RS, v. 27, n. 13, p. 24-51, maio/ago. 2011a.
 25. SDP (SECRETARÍA DISTRITAL DE PLANEACIÓN). **Conociendo la localidad de Tunjuelito**: diagnóstico de los aspectos físicos, demográficos y socioeconómicos. Bogotá: SDP, 2009. Disponível em: <http://www.sdp.gov.co/sites/default/files/documentos/06%20Localidad%20de%20Tunjuelito.pdf>. Acesso em: 19 set. 2020.
 26. SDP (SECRETARÍA DISTRITAL DE PLANEACIÓN). **Conociendo la localidad de ciudad Bolívar**: diagnóstico de los aspectos físicos, demográficos y socioeconómicos. Bogotá: SDP. 2009a. Disponível em: <http://www.sdp.gov.co/sites/default/files/documentos/19%20Localidad%20de%20Ciudad%20Bol%C3%ADvar.pdf>. Acesso em: 19 set. 2020.
 27. SDP (SECRETARÍA DISTRITAL DE PLANEACIÓN). **Conociendo la localidad de Bosa**: diagnóstico de los aspectos físicos, demográficos y socioeconómicos. Bogotá: SDP, 2009b. Disponível em: <http://sdp.gov.co/sites/files/documentos/Bosa.pdf>. Acesso em: 19 set. 2020.
 28. SDP (SECRETARÍA DISTRITAL DE PLANEACIÓN). **Proceso de revisión del Plan de Ordenamiento Territorial de Bogotá D.C.** Bogotá: [s.n.], 2020. Disponível em: http://www.sdp.gov.co/sites/default/files/tomo_3._poblacion-mot_pot_2020.pdf. Acesso em: 7 out. 2020.
 29. SMIT, Jac; RATTA, Annu; NASR, Joe. **Urban agriculture**: food, jobs and sustainable cities. New York: United Nations Development Program (UNDP), 1996.

30. TEMPLE, Dominique; CHABAL, Mireille. As origens antropológicas da reciprocidade. **Jornal de Mauss Ibero-latinoamericano**, 2009. Disponível em: <http://dominique.temple.free.fr/reciprocite.php?>. Acesso em: 27 nov. 2019.
31. TEMPLE, Dominique; CHABAL, Mireille. **La reciprocidad y el nacimiento de los valores humanos**. La Paz: Padep, 2003. t. I.
32. TORRES, Carlos. (comp.). **Ciudad informal colombiana: barrios construidos por la gente**. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2009.
33. TRIVIÑOS, Augusto. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.
34. VARGAS, Diana; RUIZ Juan. Resiliencia y organización comunitaria: el caso de la red de huertas en los Altos de la Estancia, en la localidad de Ciudad Bolívar en Bogotá. **Ciudad paz-ando**, Bogotá, v. 8, n. 2, p. 65-85, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.14483/udistrital.jour.cpaz.2015.2.a04>. Acesso em: 20 jun. 2019.
35. YIN, Robert. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3. ed. Porto Alegre, RS: Bookman, 2005.

Michael Cruz Roa

Comunicador Social e Jornalista pela Universidad Santo Tomás (2015). Mestre do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável da Universidade Federal do Paraná. Especialista em Análise de Políticas Públicas pela Universidad Nacional de Colombia (2018). ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6146-9863>. Colaboração: Pesquisa bibliográfica, pesquisa empírica, análise de dados e redação. E-mail: michael.ufpr@gmail.com

Valdir Frigo Denardin

Economista. Professor Associado no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável da Universidade Federal do Paraná, Docente e Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento da mesma instituição. Doutor em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8074-6544>. Colaboração: Redação e revisão. E-mail: valdirfd@yahoo.com.br

Mayra Taiza Sulzbach

Docente do Setor Litoral da Universidade Federal do Paraná. Docente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável e no Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná. Doutorado em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Federal do Paraná (2005). Doutorado sanduíche em Economia das Organizações pelo Centre d'Analyse Théorique des Organisations et des Marchés — Université Paris 1 (Pantheon-Sorbonne) (2004) — e Pós-Doutorado em Sociologia Econômica no Laboratoire Interdisciplinaire de Sociologie Économique junto ao com o Conservatoire National des Arts et Métiers (Paris III) (2016). ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5550-5055>. Colaboração: Redação e revisão. E-mail: mayrasulzbach@yahoo.com.br